

SUPERVISÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE PRÁTICAS FORMADORAS NA REDE DE ENSINO ESTADUAL DE RONDÔNIA

Luzia Dorado Guilherme¹

Wendell Fiori de Faria²

Rosangela Aparecida Hilário³

GUILHERME, L. D.; FARIA, W. F. de; HILÁRIO, R. A. Supervisão escolar: um estudo de práticas formadoras na rede de ensino estadual de Rondônia. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umarama, v. 17, n. 1, p. 49-64, jan./jun. 2017.

RESUMO: O presente estudo tem como finalidade analisar como se expressa a função e a prática de atuação na supervisão escolar na rede estadual de ensino de Rondônia, reconhecendo se as atribuições previstas nos documentos legais, identificando as atribuições que competem a este profissional na escola contemporânea. A metodologia utilizada serviu-se de pesquisas bibliográfica através dos aportes teóricos de Nérici (1990), Nogueira (2000), Rangel (2000), Alarcão (2001), Alarcão e Tavares (2003), Saviani (2003) e documental dos dispositivos legais de âmbito estadual, a Portaria 4563/2015 - SEDUC/RO e a Portaria 436/2010 - SEDUC/RO, realizadas entre abril e junho de 2016. As transformações sociais evidenciam que as novas formas de atuação do/a supervisor(a) na escola estão convergindo para uma redefinição da atuação deste profissional, deflagradas pelo paradigma do professor reflexivo e pela racionalidade comunicativa no contexto escolar. No entanto, os dispositivos legais de âmbito estadual que embasam as práticas da supervisão escolar ainda apresentam resquícios de um modelo voltado para a racionalidade instrumental - o controle e a produtividade do ensino, no qual sua função volta-se exclu-

DOI: <https://doi.org/10.25110/educere.v17i1.2017.6283>

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – MEDUC/UNIR. Pedagoga da rede Estadual de Ensino em Colorado do Oeste-RO (SEDUC-RO).

²Doutor em Educação – UFF; Professor do Mestrado em Educação – MEDUC; Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Educação de Porto Velho - UNIR; Membro do grupo de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Territorial na Amazônia. E-mail: professorfiori@gmail.com

³Doutora em Educação – FEUSP; Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação de Porto Velho – UNIR; Membro do grupo de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Territorial na Amazônia.

sivamente ao cumprimento de tarefas burocráticas. Todavia, as transformações tecnológicas, econômicas, políticas e culturais contribuem com a constituição de um novo perfil de atuação e difusão do saber-fazer do/a supervisor(a), fato que converge para uma nova concepção de atuação do supervisor(a) escolar para supervisor(a) educador enquanto mediador(a) do processo de formação em serviço, problematizador(a) das práticas pedagógicas e organizador(a) de situações favoráveis ao crescimento profissional que deve estar atento as necessidades do contexto no qual está inserido, na denominada sociedade do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVES: Racionalidade comunicativa; Supervisor(a) Educador(a); Supervisor(a) Escolar.

SCHOOL SUPERVISION: A STUDY OF TRAINING PRACTICES IN THE RONDÔNIA STATE NETWORK

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze how the role and practice of school supervision in Rondônia's state school system is expressed, recognizing if the attributions provided in the legal documents, identifying the competencies that compete in this contemporary school. The methodology used was a bibliographical research through the theoretical contributions of Nogueira (1990), Rangel (2000), Alarcão (2001), Alarcão and Tavares (2003), and Saviani (2003) (SEDUC / RO) and Administrative Rule 436/2010 - SEDUC / RO, carried out between April and June of 2016. Social transformations show that the new forms of School are converging towards a redefinition of the work of this professional, triggered by the reflexive teacher paradigm and the communicative rationality in the school context. However, the legal provisions at the state level that underlie the practices of school supervision still show traces of a model focused on instrumental rationality - the control and productivity of teaching, in which its function turns exclusively to the fulfillment of bureaucratic tasks. However, technological, economic, political and cultural transformations contribute to the constitution of a new profile of the supervisor's know-how and diffusion, a fact that converges to a new conception of the performance of the school supervisor For an educator supervisor as mediator of the process of in-service training, problematizing (a) pedagogical practices and organizer of situations favorable to professional growth that must be attentive to the needs of the context in

which it is inserted, known as the knowledge society.

KEYWORDS: Communicative Rationality; Educator Supervisor; School Supervisor.

SUPERVISIÓN ESCOLAR: UN ESTUDIO DE PRÁCTICAS FORMADORAS EN LA RED DE ENSEÑANZA ESTADUAL DE RONDÔNIA

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo analizar cómo se expresa la función y la práctica de actuación en la supervisión escolar en la red estadual de enseñanza de Rondônia, reconociendo las atribuciones establecidas en los documentos legales e identificando las funciones que competen a este profesional en la escuela contemporánea. La metodología que se sirve es una investigación bibliográfica a través de las aportaciones teóricas de Nerici (1990), Nogueira (2000), Rangel (2000), Alarcão (2001), Alarcão y Tavares (2003), Saviani (2003) y documental de las disposiciones legales a nivel estatal, Ordenanza 4563/2015 - SEDUC / RO y la Ordenanza 436/2010 - SEDUC / RO, realizadas entre abril y junio de 2016. Las transformaciones sociales muestran que las nuevas formas de acción de un(a) supervisor(a) en la escuela están convergiendo para una redefinición de la actuación de este profesional, provocada por el paradigma del docente reflexivo y por la racionalidad comunicativa en el contexto escolar. Sin embargo, los dispositivos legales de ámbito estadual que apoyan las prácticas de supervisión escolar aún presentan resquicios de un modelo dedicado a la racionalidad instrumental, el control y la productividad de la educación, en la que su función se hace exclusivamente al cumplimiento de tareas burocráticas. Todavía, las transformaciones tecnológicas, económicas, políticas y culturales contribuyen con la constitución de un nuevo perfil de actuación y difusión del saber y hacer del supervisor(a), hecho que converge para una nueva concepción de actuación del supervisor(a) escolar para supervisor(a) educador mientras mediador(a) del proceso de formación en servicio, de resolución de problemas de las prácticas pedagógicas y organizador(a) de situaciones favorables al crecimiento profesional que debe estar atento a las necesidades del contexto en el cual está inserido, llamada sociedad del conocimiento. **PALABRAS CLAVE:** Educador(a); Racionalidad Comunicativa; Supervisor(a) Escolar; Supervisor(a).

INTRODUÇÃO

A partir da abertura política em 1985, os debates e as discussões em prol de uma educação pública de qualidade ganharam novos mecanismos que instituem a educação escolar como direito social, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, que a legitima e, por intermédio da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educacional, Lei 9.394/96, que tem se constituído em um dos principais documentos que corroboram para a reestruturação da função social da escola e dos profissionais de educação frente às demandas sociais, econômicas e políticas que constituem o espaço escolar.

Dessa forma, os desafios que perpassam a educação escolar brasileira e rondoniense diante o reconhecimento do paradigma, segundo o qual o professor elabora conhecimentos a partir da análise e reflexão sobre sua prática e, em decorrência da existência nos sistemas de ensino do Brasil e as diversas nomenclaturas para denominar o profissional que atua na área de supervisão educacional, a saber: supervisor escolar; supervisor educacional; coordenador pedagógico e supervisor pedagógico, todos atuando e executando suas funções de maneira semelhante e de acordo com as exigências locais.

A partir da demanda da formação e atuação de um supervisor reflexivo é que este estudo foi realizado com o objetivo de analisar a função e prática de atuação da supervisão escolar na rede de ensino estadual de Rondônia, identificando as atribuições que competem este profissional para responder aos seguintes questionamentos: a) Quais são as premissas que servem de base ao trabalho da supervisão? b) Qual o objeto de trabalho do supervisor escolar? c) O que determina o saber-fazer do supervisor(a) escolar, a fim de realizar concretamente as suas tarefas? d) Qual é o papel do/a supervisor(a) dentro da escola contemporânea para garantir um trabalho eficiente em conjunto com os professores?

Convém, no entanto, esclarecer que a escolha em utilizar a nomenclatura “supervisor(a) escolar” neste trabalho dar-se-á pelo fato de que uma das atribuições do/a supervisor(a) escolar é o trabalho de coordenar os aspectos pedagógicos dos estabelecimentos educacionais, embora em alguns estados brasileiros a nomenclatura supervisor(a) escolar cedeu espaço ao coordenador(a) pedagógico(a), no caso do sistema da rede

estadual de ensino de Rondônia permanece a nomenclatura supervisor(a) escolar, o qual concerne atribuições pertinentes ao do coordenador(a) pedagógico(a) nos demais estados brasileiros.

Desse modo, a terminologia coordenador(a) é usada de forma diferenciada de supervisor(a) em alguns sistemas de ensino, mais com o objetivo de definir cargos do que estipular funções. Assim, os termos supervisor(a) escolar ou coordenador(a) pedagógico(a) podem significar a mesma coisa ou o exercício das mesmas funções ou, ainda, funções bem diferentes, conforme a organização no qual este profissional se insere.

No caso da rede estadual de ensino de Rondônia, por exemplo, existem as duas funções, a saber: o/a Coordenador(a) Pedagógico(a), que atua nas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), sendo responsável pelo acompanhamento das atividades de um grupo de escolas, as quais ele visita regularmente e presta assistência técnico-pedagógica; e o/a Supervisor(a) Escolar, que atua diretamente nas escolas, cuja função é acompanhar, assessorar, avaliar as atividades pedagógico-curriculares e prestar assistência pedagógico-didática aos professores, no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos.

A supervisão a qual abordarmos neste trabalho, diz respeito a que se realiza na escola, integrada a equipe docente, com âmbito na ação didática e curricular, incluindo ações de natureza pedagógica e administrativa.

FUNÇÃO E ATUAÇÃO SUPERVISORA NA REDE ESTADUAL DE RONDÔNIA

É fato que a educação também é suscetível as normas econômicas, mas isto não significa que ela seja totalmente submissa a elas, pois, conforme Freire (2004, p. 98) “a educação é uma forma de intervenção no mundo”, e em decorrência disto, o ato de educar não é neutro, é crítico, político e filosófico, e desta maneira, que as diferentes relações de uma sociedade influenciam a educação, por ela é possível formar cidadãos conhecedores do processo histórico, científico, econômico, cultural e social que podem contribuir para transformarem a sociedade de acordo com o seus interesses e necessidades.

A esse respeito, Saviani (2003, p. 13) conclui que a supervisão em educação é entendida como uma “função educativa”, e como tal, ela

possui “a característica técnico-política” de instrumentalizar o povo para determinados fins de participação social. E, dependendo da perspectiva de quem educa, tal instrumentalização leva a uma participação que pode ou não estar de acordo com os interesses populares.

Entretanto, a grande maioria dos supervisores não se dá conta desta realidade, nem mesmo de que cumpre uma função política. Como afirma Nogueira, (2000, p. 29):

[...] se o supervisor não se dá conta de que cumpre uma função política, tampouco tem consciência de qual função é essa e, menos ainda, sabe explicitá-la... e, é em geral, apenas a função técnica a que aparece implícita e explícita nos discursos dos supervisores quer os que enfatizam os métodos, que os que priorizam os conteúdos. E que restringir a função técnica aos procedimentos, estratégias, recursos (em detrimento dos conteúdos) pode ser uma forma de dissimular as contradições e de voltar-se para os interesses dominantes.

De acordo com a autora, a função do/a supervisor(a) no contexto histórico educacional é, e sempre foi essencialmente política, mesmo quando ela se apresentou ou apresenta com a roupagem exclusiva da técnica está cumprindo, basicamente, sua função política, porque sua ação implica num exercício de tomada de decisões, embora essas sejam apenas ao nível da execução da realidade.

Segundo Nérici (1990), a função supervisora dentro da escola foi mudando de inspeção, controle e monitoramento para um trabalho que busca liderança no processo educativo e a superação da tarefa fiscalizadora. E classifica-as em fases, a saber:

- 1- Fiscalizadora: nessa fase, a supervisão confunde-se com a inspeção escolar, visto que sua atuação estava mais preocupada com o cumprimento de prazos e leis.
- 2- Construtiva: supervisão orientadora – que dá a ideia de preocupação com o trabalho de orientação dos professores, corrigindo falhas que pudessem apresentar e orientando-os sobre os procedimentos considerados mais adequados.
- 3- Criativa: é a fase ‘atual’ [...] em que a supervisão se separou definitivamente da inspeção escolar, caminhando na dire-

ção do aperfeiçoamento das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. (NÉRICI, 1990, p. 30-31)

Nessas condições, se faz necessário que o supervisor(a) compreenda e ultrapasse a percepção fiscalizadora que cumpria, inclusive na sociedade capitalista, vislumbrando situá-la no contexto de uma nova sociedade, a partir daí compreendendo as possibilidades de transformação que ele deve assumir como um supervisor-educador.

Para Rangel (2011, p. 12), o núcleo central da função supervisora na escola encontra-se “no estudo e na coordenação das atividades educativas”. Alarcão (2001, p. 47) expressa que o supervisor é um coordenador, um profissional que faz a leitura da escola em um mundo globalizado, com o objetivo de proporcionar “o desenvolvimento qualitativo da organização escolar”. Já Almeida e Soares (2010, p. 38) indicam que o trabalho do supervisor na instituição escolar está relacionado “à formação continuada do professor, ao planejamento escolar, à avaliação e a gestão democrática”.

De acordo com as autoras, constata-se que ambas comungam do mesmo ideal de atributos que devem ser o alicerce para que a função supervisora possa satisfazer os anseios de uma escola contemporânea capaz de delinear mudanças significativas, necessárias e comprometidas com a formação cidadã.

Passaremos agora, a expor os aspectos que regem a legislação estadual referente a função supervisora, a qual tem suas atribuições norteadas pelo seguinte dispositivo legais: a Portaria 436/2010 - SEDUC/RO e a Portaria 4563/2015 - SEDUC/RO. Elencaremos, a seguir, alguns tópicos das Portarias que indicam as atribuições/competências do/a Supervisor(a) Escolar no âmbito das escolas estaduais em Rondônia:

- Elaborar plano de ação do Serviço de Supervisão Escolar;
- Elaborar em conjunto com a direção, orientação educacional, secretaria escolar e demais segmentos da escola, documentos relacionados ao processo educativo escolar, observando as legislações pertinentes e o Projeto Pedagógico da Escola;
- Coordenar as atividades de planejamento e avaliação do currículo da unidade escolar, realizadas com a participação de todo corpo docente;
- Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar projetos de ca-

ráter técnico-pedagógico em co-participação com os demais profissionais envolvidos no processo do ensino e da aprendizagem, tomando por base o diagnóstico das necessidades da escola;

- Orientar, coordenar e acompanhar o corpo docente quanto:
 1. Ao planejamento de ensino;
 2. A elaboração de planos de recuperação;
 3. A utilização de métodos e técnicas;
 4. A dinamização de recursos didáticos;
 5. Ao sistema de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem;
- Dinamizar atividades que propiciem a formação continuada dos profissionais envolvidos no processo do ensino e da aprendizagem;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do currículo em entrosamento com a Direção da escola e a equipe gestora;
- Acompanhar, controlar e avaliar a execução do planejamento didático em cada período letivo avaliando seu rendimento, detectando suas falhas e promovendo meios para correção das mesmas;
- Implementar, desenvolver e avaliar em trabalho co-participativo os projetos oriundos das esferas Federal/Estadual/Municipal;
- Coordenar no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional docente;
- Dar suporte pedagógico ao professor por meio de metodologia e estratégias diferenciadas e adequadas aos alunos de necessidade específica; (SEDUC, 2010, p. 88-90).

No entanto, a Portaria 4563/2015, em seu artigo 6º, apresenta como atribuição dos supervisores escolares:

I- Orientar aos professores na definição e/ou elaboração dos instrumentais para a realização do planejamento, da avaliação da aprendizagem, dentre outros; II - Acompanhar o processo avaliativo e a utilização dos registros nos instrumentais definidos pela escola; [...]V - Visar às avaliações planejadas pelos professores a serem aplicadas para os estudantes, e manter em seus arquivos cópia das mesmas.

Com base nesse exposto, cabe à escola, como instituição responsável pela socialização do saber, fortalecer os processos de formação, trabalho e comunicação, visando a criar progressivamente uma nova cultura de interação entre docentes e supervisores escolares na Rede Estadual de Rondônia, superando a concepção de supervisor escolar meramente fiscalizadora.

PERSPECTIVAS NA PRÁTICA SUPERVISORA A PARTIR DA RACIONALIDADE COMUNICATIVA

Uma das especificidades do trabalho pedagógico do(a) supervisor(a) escolar é a questão da cultura organizacional, difundida na escola por meio das crenças, valores, atitudes e ações na sua atuação profissional, que atualmente encontram-se pautados na prática do desenvolvimento profissional, indagação e a reflexão que permite ampliar as perspectivas de atuação de profissionais produtores de saber e de saber-fazer que devem ser o alicerce de sua formação e permear sua atuação.

No entanto, não se pode esquecer que durante muito tempo a ação tecnocrata da escola furtou um tempo precioso do supervisor(a) escolar, confiando-lhe ao preenchimento de papéis e ao controle rigoroso dos professores. Cabia ao supervisor(a) controlar os passos do professor por meio de fichas de acompanhamento que pouco estavam relacionadas com o avanço pedagógico, mas sim, com o controle das ações do professor que pouco podia ousar, pensar, agir e repensar.

Entretanto, a racionalidade define-se pela relação meios fins, ou seja, pela organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas à consecução de objetivos. E é justamente o que Habermas (1989) busca quando defende a importância de superar o conceito de racionalidade instrumental, ampliando o conceito de razão, para o de uma razão que contém em si as possibilidades de reconciliação consigo mesma: a razão comunicativa.

Faz-se necessário compreender que a dinâmica escolar e seu processo de desenvolvimento e atuação no mundo estão hoje intimamente relacionados aos meios tecnológicos e informacionais que circundam o atual contexto educacional e, o fator primordial na esfera educativa está associada ao diálogo.

Alarcão e Tavares (2003) propõem nove cenários supervisivos, que coabitam e não devem ser entendidos enquanto compartimentos estanques, a saber: Imitação artesanal, Aprendizagem por descoberta guiada, Behaviorista/Comportamentalista, Clínico, Psicopedagógico, Pessoa- lista (Personalista), Reflexivo, Ecológico e Dialógico.

No entanto, nos atentaremos aos três últimos;

(VII) o cenário reflexivo – assenta num saber contextualizado e dinâmico, que emerge da reflexão sobre a prática e em que o supervisor promove a experimentação em conjunto, a demonstração acompanhada de reflexão e a experiência multifacetada. (Shön, in Alarcão e Tavares, 2003);

(VIII) o cenário ecológico – que considera “as dinâmicas sociais e, sobretudo a dinâmica do processo sinérgico da interação entre o sujeito e o meio que o envolve”. (Alarcão, in Rangel, 2001, p. 19); e

(IX) o cenário dialógico – que realça a análise dos contextos, antes da do professor, valorizando o “papel da linguagem no diálogo comunicativo, na construção da cultura profissional e no respeito pela alteridade assumida na atenção a conceder à voz do outro e na consideração de supervisores e professores como parceiros na comunidade profissional” (Alarcão, in Rangel, 2001, p. 19).

O uso e o entendimento da prática comunicativa cotidiana que se estabelece no contexto do mundo da vida que [os falantes], nesse caso na comunidade escolar, e o uso comunicativo, que problematiza o mundo em função da necessidade de reconhecer as situações em sua objetividade, tendo em vista o entendimento entre sujeitos e suas relações. Ou seja, docentes, discentes e equipe gestora e administrativa convivem e interagem por meio de relações e situações que permitem aos sujeitos envolvidos no processo educativo posicionar-se, aceitando ou recusando pretensões para validarem os discursos que se apresentam.

É através das diferentes linguagens que perpassam as marcas de poder que permitem interpretar os sentidos subjacentes às relações supervisivas, caracterizando-as como colaborativas, reflexivas, e potencializadoras de aprendizagens que são compartilhadas intersubjetivamente.

Nessa perspectiva, a supervisão precisa ser entendida em toda

a sua amplitude, desde a interação no planejamento do currículo até a execução, com tudo que representa a dinâmica do processo educativo. Neste intuito, é que se define como um dos mecanismos que fazem parte da ação supervisora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) que assume uma importância significativa pela abrangência do foco de atuação do supervisor junto à comunidade escolar. É sob esta ótica que o PPP se torna um espaço privilegiado de atuação do supervisor frente aos dilemas do cotidiano escolar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2016, com a intenção de analisar como se expressa a função e a prática de atuação da supervisão escolar no estado de Rondônia, particularmente na rede estadual, reconhecendo se as atribuições previstas nos documentos legais, de âmbito estadual, convergem a uma prática social contemporânea.

O referencial metodológico adotado foi à pesquisa bibliográfica, a partir das contribuições dos aportes teóricos de Alarcão (2001), Alarcão e Tavares (2003), Nérici (1973), Nogueira (2000), Rangel (2000), Saviani (2003) e a análise documental dos dispositivos legais de âmbito estadual, a saber: a Portaria 4563/2015 - SEDUC/RO e a Portaria 436/2010 - SEDUC/RO, que embasam o trabalho do supervisor escolar da rede estadual de ensino, e que possibilitaram a análise dos aspectos que devem permear a prática supervisiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer deste estudo foi possível constatar que a atribuição de papéis que outrora fora conferida ao Supervisor(a) Escolar, não condiz com a realidade atual pelo qual a sociedade rondoniense vem tentando redefinir no campo educacional.

Percebeu-se que os dispositivos legais que embasam o trabalho dos supervisores ainda estão baseados num modelo voltado para a racionalidade instrumental - o controle e a produtividade do ensino, no qual sua função consiste apenas na fiscalização da qualidade da tarefa educativa, resumindo-se a tarefas burocráticas. É preciso superar a fragmenta-

ção, pois, se vive novas formas e relações de construção de conhecimento que de certo modo, condicionam e motivam profundas transformações sociais alterando e redefinindo a educação.

Na busca dessa reconstituição de atuar e exercer da supervisão em Rondônia deve-se primar por exercer uma liderança que seja capaz de conduzir os trabalhos pedagógicos de uma escola contemporânea, comprometida com os propósitos da emancipação humana.

Assim, a cultura formal e a cultura experienciada através dos acontecimentos do dia a dia na cidade, na escola, na família, na sociedade, nos meios de comunicação e informação disponíveis devem convergir para que se construa, gradativamente, o conhecimento com significados e intervenções educativas na dilatação da capacidade cognitiva por meio das diferentes formas de mediação. Tendo a certeza de que a capacidade de lidar com informações, o uso comunicativo decorre de um saber proposicional concretizado por atos de fala. E essa razão comunicativa permite o consenso, a troca de convicções que asseguram a unidade do mundo objetivo e a intersubjetividade do contexto em que vivem.

O/A supervisor(a) deve ter clareza sobre a forma como os seres humanos estabelecem as relações interpessoais no trabalho, ao mesmo tempo que amplia os espaços de comunicação e interação entre os sujeitos, conferindo um caráter científico à função supervisora, caracterizando-a como ação crítica, analítica e objetiva da educação. Em busca da realização de um trabalho coletivo voltado à formação do indivíduo que se pretende e se deseja formar em prol da transformação da sociedade.

Conforme os autores citados anteriormente, estes indicam que o grande desafio é a construção e reconstrução do currículo em conjunto. Este último entendido como processo de construção social e não mais uma prática fiscalizadora.

São esses desafios que colocam o/a supervisor(a) na perspectiva do “aprender a aprender”, como condição básica para sua permanência como profissional da educação, no intuito de atender duas vertentes: a científica e a social. Tendo em vista que o trabalho do Supervisor(a) Escolar é fundamentalmente um trabalho de formação continuada em serviço.

Como se pode observar, a atuação do/a supervisor(a) escolar deve estar articulada ao fazer pedagógico e desenvolvida no espaço escolar da qual a principal atribuição é colocar-se inteiramente como elo na con-

cretização do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, planejamento e execução de ações dialogadas e programadas com os demais profissionais, é o que devem nortear e sustentar a forma de atuar do/a supervisor(a) no ambiente escolar.

A esse respeito, para que se possa contribuir na efetivação do processo de ensino-aprendizagem de professores e estudantes deve-se estimular e assegurar oportunidades de formação e avaliação contínuas das práticas, a mobilização do coletivo docente em favor de um projeto educacional comum, norteado pelas competências básicas que a sociedade do conhecimento precisa e que a preparação para o trabalho pedagógico requer, sob o viés da racionalidade comunicativa.

Salienta-se também, que uma das atribuições imprescindíveis no trabalho do supervisor é o processo de coordenação do PPP, das discussões, das análises e das decisões do grupo. Ao realizar esses trabalhos, é importante que o supervisor tenha clareza das intencionalidades ideológicas que estão por detrás da elaboração de projetos como esses. Todavia, dependendo da maneira como coordena as discussões, reflexões e decisões pode se direcionar para tipos de diferentes projetos, e não o projeto político pedagógico.

Enfim, as transformações em curso impulsionaram avanços científicos e tecnológicos, assim, como novos processos de produção e novas ações por parte dos educadores, mas também pode provocar o aumento da distância social, econômica e cultural entre os indivíduos. Por esses motivos, a escola não pode ser considerada um lócus isolado dos outros contextos e outras mediações. Pois, existe um novo cenário educacional e curricular que vem sendo construído com as recentes transformações sociedade.

Isso implica dizer que a sociedade se desvela na sua complexidade e desafia a escola e o currículo a conceber uma racionalidade flexível ao atual momento. Nessa perspectiva pós-moderna há, portanto, que considerarmos a implantação de uma cultura organizacional de solidariedade e tolerância que venha ocupar os espaços educativos dentro e fora da escola.

Dessa forma, faz-se necessário que a atuação do supervisor pedagógico esteja voltada, exclusivamente, ao desenvolvimento de uma prática formadora e transformadora do cotidiano escolar, mediante as si-

tuações que exigem novas formas de mediação, no qual o crescimento profissional do ‘supervisor’ esteja fundado na necessidade de propiciar a comunidade escolar às condições básicas para seu fortalecimento social, vinculado aos avanços tecnológicos do mundo contemporâneo e da realidade educacional rondoniense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as novas estruturas e perspectivas do trabalho da supervisão na escola pretendeu-se abordar os aspectos que devem permear e instigar o fazer do/a supervisor(a) escolar com vista as necessidades da escola contemporânea. Enfatiza-se que a função do/a supervisor(a) escolar sempre teve um cunho político, embora não reconhecida pela maioria dos supervisores. E, os espaços de comunicação e interação entre os sujeitos confere à função supervisora um caráter científico, caracterizando-a como ação crítica e reflexiva, em busca da realização de um trabalho coletivo voltado à formação para a cidadania dos agentes envolvidos.

A partir desse viés é importante compreender as possibilidades de transformação que a prática supervisiva deve assumir, tornando o/a supervisor(a) escolar em um supervisor(a)–educador(a), pois, o/a supervisor(a) educador como mediador(a) do processo de formação em serviço, problematizador da prática pedagógica e organizador(a) de situações favoráveis ao crescimento profissional deve estar atento às necessidades do contexto em qual está inserido.

Essas alternativas trazem como foco que o trabalho de formação é tanto individual quanto coletivo, e para contribuir com o aperfeiçoamento profissional de cada professor e ao mesmo tempo ajudar a constitui-los enquanto grupo, o papel do/a supervisor(a) é mediar à relação professor/aluno no processo de ensino-aprendizagem, acolher o professor e sua realidade. No entanto, algumas das dificuldades encontradas na área de supervisão são a falta de compreensão da função pelo profissional e pelos demais envolvidos, a qual impede que o/a supervisor(a) desempenhe suas reais atribuições dentro da escola, ou seja, existe uma multiplicidade de tarefas, linguagens e significados para este profissional.

Enfim, por meio deste estudo percebeu-se que a mudança na prática supervisora no que se refere aos dispositivos legais que direcio-

nam a educação escolar no estado de Rondônia, ainda está por ser feita e seu redimensionamento, por ser conquistado. Para isso, o profissional “supervisor(a)” deve ter clareza das suas posições políticas e educativas, sendo fundamentais para que se transforme em sujeito do seu processo histórico e contribua para que se procedam as transformações necessárias a escola contemporânea. Através do diálogo e da relação estabelecida entre os atores é possível o desenvolvimento de uma prática que considere os interesses de todos, defendendo uma política de descentralização de poder e de legitimidade de ação inerente à comunidade envolvida.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. Do olhar supervisivo ao olhar sobre a supervisão. In: RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2007. p.11-55.
- ALARCÃO, I.; TAVARES, J. **Supervisão da prática pedagógica: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem**. Coimbra: Almedina, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- NÉRICI, I. G. **Introdução à supervisão escolar**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- NOGUEIRA, M. G. **Supervisão educacional: a questão política**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- RANGEL, M. (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. São Paulo: Papirus, 2001.
- _____. **Nove olhares sobre a supervisão**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

SAVIANI, D. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Carapeto (Org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-38.

PORTO VELHO. SEDUC. Secretaria Estadual de Educação. **Portaria 0436/2010**. Atribuições e competências do supervisor escolar na rede estadual de ensino. Porto Velho. 2010.

_____. SEDUC. Secretaria Estadual de Educação. **Portaria 4563/2015**. Normas para regulamentar e orientar ações pedagógicas no âmbito das escolas públicas estaduais e dá outras providências. Porto Velho. 2015.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Referenciais curriculares do ensino fundamental**. Porto Velho. 2013.

Recebido em: 14/12/2016

Aceito em: 28/03/2017